

**PEDIDO DE INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO DE ENTIDADE PARA AS  
ELEIÇÕES DO(A) OUVIDOR(A)-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
PARÁ PARA O BIÊNIO 2026/2028.**

**A Exma. Sra.**

**Presidenta da Comissão Eleitoral para o cargo de Ouvidor(a) Geral da  
Defensoria Pública do Estado do Pará – biênio 2026/2028.**

NOME DA ENTIDADE: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CNPJ/MF (se houver): \_\_\_\_\_

REQUEIRO A MINHA INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO para votar no processo de escolha do cargo de Ouvidor(a)-externo(a) da Defensoria Pública do Estado do Pará – biênio 2026/2028, por isso, neste pedido junto os documentos exigidos nas normas do edital.

DECLARO: a) concordar com as regras do edital para o cargo de Ouvidor(a)-Externo(a) - biênio 2026/2028 e b) preencher todos os requisitos para a participação conforme regras do edital.

INDICO como representante que irá exercer o direito ao voto:

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo na entidade: \_\_\_\_\_

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da entidade

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

| ITEM | DOCUMENTOS |
|------|------------|
|------|------------|

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1           | Cópia do Estatuto Social ou documento de instituição e ata de eleição de diretoria;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 2           | Comprovação de atuação por qualquer meio legítimo (documentos, fotos, publicações e quaisquer outros) por, no mínimo, 03 anos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 3           | Comprovação de atuação, por qualquer meio legítimo (documentos, fotos, publicações e quaisquer outros), nas áreas de promoção da defesa do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, combate a discriminação racial, a prevalência e efetividade dos direitos humanos, a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado e ainda possuir afinidade com os objetivos e finalidades da Defensoria Pública. |
| 4           | Pedido de habilitação da entidade para participar do processo de formação da lista tripartite ao cargo de Ouvidor (a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, subscrita pelo representante legal da entidade, com indicação do representante que irá exercer o direito ao voto e declaração de concordância integral com as regras previstas no edital e declarando que a entidade preenche todos os requisitos do edital.                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>ITEM</b> | <b>Requisitos para habilitação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| 1           | Estar legitimamente constituída, com comprovação de atuação há pelo menos três anos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 2           | Não possuir fins lucrativos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 3           | Possuir abrangência estadual ou nacional;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 4           | Apresentar estatuto da entidade civil, ata de eleição da diretoria, registrados ou não em cartório civil e, caso haja, CNPJ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 5           | Que tenha por finalidade institucional, a promoção da defesa do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, combate a discriminação racial, a prevalência e efetividade dos direitos humanos, a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado e ainda possuir afinidade com os objetivos e finalidades da Defensoria Pública.                                                                            |